



GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ESPORTES: CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS

Luciana Letícia Sperini Rufino dos Santos¹
Fernando Augusto Starepravo²

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Pública Municipal; Esporte; Educação Física.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 alterou a forma do Estado de conduzir o esporte no Brasil, buscando romper os laços tutelares de financiamento do esporte de rendimento e reconhecendo o esporte como direito de todos os brasileiros.

O governo federal parece contribuir para a autonomia municipal no que se refere à organização da administração esportiva. Em uma das três Conferências Nacionais de Esporte e Lazer¹ realizada em 2006 pelo Ministério do Esporte, foi sugerida a criação de pastas específicas de esporte e lazer em âmbito municipal. Encontramos no documento final da II Conferência um esboço do que seria essa autonomia proposta:

Criação de pastas específicas de Esporte e Lazer nas esferas estaduais e municipais (Secretarias, Fundações, Autarquias), com autonomia administrativa e orçamentária, conselhos específicos e planos de desenvolvimento, para implementação e continuidade de políticas de esporte e lazer (BRASIL, 2006, s/p).

Sob o respaldo constitucional, o esporte, é reconhecido como direito social do cidadão brasileiro e fica assegurado o financiamento para o desenvolvimento de suas ações nos diversos níveis de governo, ou seja: federal, estadual e municipal (BRASIL, 1988).

OBJETIVOS

Identificar como os gestores públicos municipais de esporte lidam com a questão orçamentária e se existem alternativas para as estruturas administrativas de esporte não depender apenas do repasse de recurso municipal?

METODOLOGIA

A partir dos desdobramentos do projeto “Análise dos Agentes Públicos do Sistema Nacional de Esporte, realizado com gestores públicos e agentes que atuam com o esporte em municípios do estado do Paraná, foram surgindo várias inquietações a respeito da gestão esportiva municipal, em especial a gestão de recursos.

Optou-se por realizar neste trabalho, uma pré análise dos dados, utilizando o método de leitura flutuante, que é considerada a primeira etapa para se realizar a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Foram utilizados dados de 62 municípios paranaenses considerados de Pequeno Porte I, com até 20 mil habitantes. Estes municípios representam a realidade da

¹ O Ministério do Esporte realizou três Conferências Nacionais de Esporte e Lazer. De acordo com o Ministério essas conferências configuram-se como um espaço de debate, formulação e deliberação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer para o país e foram realizadas nos anos de 2004, 2006 e 2010.



grande maioria dos municípios do estado que contém um total de 399 municípios, sendo 312 considerados de Pequeno Porte I.

A análise foi realizada por meio da leitura das respostas de 4 (quatro) questões referentes ao acesso a informação do gestor, orçamento municipal de esportes e parcerias com outras instituições, secretarias e departamentos. Questões estas que compõem o roteiro de entrevistas do projeto.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir da leitura das falas dos gestores, conseguimos observar um apelo por melhores condições de estrutura física, de profissionais e financeiras para desenvolver as ações de esporte. Muitos municípios não têm ao menos uma quadra poliesportiva própria e depende de parcerias com escolas e outras instituições para realizar alguma atividade esportiva.

A grande maioria dos gestores entrevistados afirma ter ao menos um profissional de Educação Física para auxiliá-lo, já que os gestores, em geral, não possuem formação em Educação Física. A estrutura administrativa é um fator que também parece contribuir para a limitação das ações de esporte, uma vez que o órgão de esporte muitas vezes está vinculado outros órgãos, como a Secretaria de Educação.

Os departamentos de esporte dependem, em grande parte, do repasse da Secretaria que está vinculado, o que pode contribuir ou dificultar a gestão dos recursos, uma vez que os gestores não possuem um valor exato para realizar seu planejamento de acordo com o orçamento. Podemos considerar como unânime o baixo orçamento destinado ao órgão municipal de esporte. Como se trata de municípios pequenos, com uma baixa arrecadação, o esporte acaba não sendo considerado como prioridade municipal frente aos investimentos a educação, saúde e saneamento.

CONCLUSÃO

Ao pesquisar a gestão esportiva nos pequenos municípios paranaenses, observou-se especialmente a escassez de recursos do órgão municipal de gestão de esporte. Acreditamos que com mais recursos financeiros seja possível a contratação de mais profissionais, compra de materiais, reforma de espaço físico para qualificar as ações de esporte para a população local.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese dos Indicadores de 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nomes Geográficos Brasileiros**. Disponível em: <http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao> Acesso em 14 de outubro de 2014.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte educação**. Maringá: Eduem, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

_____. II Conferência Nacional de Esporte e Lazer. 2006. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/documentoFinal.jsp> Acesso em 23 de janeiro de 2015.

_____. Lei Nº 11.438, de 29 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. 2006.

FONTE DE FINANCIAMENTO

Este trabalho contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Ministério do Esporte.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL, na Universidade Estadual de Maringá. lucianaleticiasrs@hotmail.com

² Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná - Docente na Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL. fernando.starepravo@hotmail.com.